

CAMPANHA SALARIAL 2005 DE ONDE VIEMOS, PARA ONDE VAMOS?

EDITORIAL

Em 2004, o governo buscou dividir as entidades dos Servidores Públicos Federais ao realizar negociações em separado. Assim, minou o movimento grevista e desarticulou a mobilização dos trabalhadores. Desde o ano passado, o movimento docente permanece lutando pela garantia da paridade, da isonomia e pela incorporação das gratificações produtivistas (GED, GEAD e GAE).

Os SPF's – independentemente da função que desempenham – têm acumulado perdas salariais nos seus vencimentos básicos, há aproximadamente dez anos, desde a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal, em 1995.

Segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (CONDSEF), desde que esta lei foi sancionada o salário do servidor público ficou atrelado à lógica de redução de custos da União – todo o procedimento do Estado e, conseqüentemente, seu orçamento, são determinados pela redução do investimento no que é público, tendo em vista as determinações de organismos internacionais, que atendem aos interesses do capital privado.

Gradativamente, os serviços públicos são privatizados. O Estado isenta-se dos compromissos relativos à manutenção com Saúde e Educação de qualidade – apenas para citar dois exemplos. A política econômica do governo Lula em nada se diferencia da do seu antecessor. As políticas sociais carecem de investimentos, que têm sido redirecionados para o pagamento da dívida externa.

Com a “reforma” da Previdência, o governo aprofundou as desigualdades entre ativos e aposentados do Serviço Público Federal, desrespeitando a paridade. O Estado procura desvencilhar-se de suas responsabilidades com o setor público, no que se refere à Educação e ao direito dos trabalhadores. Como exemplo desse descompromisso,

Crédito das imagens das páginas 1,3,4,5,6: Ricardo Borges (ANDES-SN)



podemos citar as propostas das reformas Universitária, Trabalhista e Sindical.

Trabalhando em prol do setor privado, o governo Lula, há muito, se afastou da sua plataforma eleitoral e das promessas de melhores condições para o povo brasileiro. Aos poucos, as denúncias de corrupção que envolvem o Partido dos Trabalhadores (PT) afetam o governo Lula. O mensalão é a “bola da vez”. O que tem saído na mídia, além de causar indignação, remete à seguinte questão: *que legitimidade teve o Congresso para votar a retirada de direitos, como as mudanças nas regras da Previdência?*

As contradições também aparecem quando o governo afirma ser suscetível à negociação. Contudo, as discussões entre as partes não têm avançado, já que a estratégia governista tem sido “cozinhar em banho-maria” os SPF's. Em uma atitude autoritária, o governo predispôs-se a cortar

o ponto dos trabalhadores em greve, como forma de pressioná-los a reintegração das suas funções.

Tendo em vista o “marasmo” da última reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (veja mais na página 6), o ANDES-SN propôs que as seções sindicais se mobilizassem, já que o governo não considerou as reivindicações dos SPF's da Campanha Salarial deste ano. Aos poucos, os servidores têm se articulado na construção de uma greve unificada – discussão que será apresentada e debatida no próximo CONAD, a realizar-se em julho, em Fortaleza.

O ADUR Informa tem acompanhado a mobilização da categoria e apresenta, nesta edição, uma breve retrospectiva dos principais acontecimentos do primeiro semestre de 2005, pelos quais evidenciou-se que as reivindicações dos servidores públicos federais não têm sido contempladas pelo governo, apesar de todas as reuniões e atividades de luta da categoria.

Grupos de Trabalho da ADUR-RJ

SOLICITAMOS QUE OS COMPONENTES DE TODOS OS GRUPOS DE TRABALHO DA ADUR-RJ ENTREM EM CONTATO COM A SECRETARIA DA ENTIDADE. PAUTAREMOS A ATUALIZAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DESTES GT'S EM ASSEMBLÉIA PRÓXIMA.

LEIA NESTA EDIÇÃO:

RETROSPECTIVA DA CAMPANHA SALARIAL
2005.

PÁGINAS 2 - 4

SEMANA DE MOBILIZAÇÃO DO CNM:
SPF'S ACAMPAM E REALIZAM ATO EM
BRASÍLIA.

PÁGINA 5

SETOR DAS IFES APROVA EIXO DE LUTA
UNIFICADO COM SPF'S.

PÁGINA 5

MNPN: GOVERNO NÃO AVANÇA NAS
PROPOSTAS E CORTARÁ PONTO DE
GREVISTAS.

PÁGINA 6

RELATOR DA LDO NÃO INCORPORA
EMENDAS PROPOSTAS PELA BANCADA
SINDICAL.

PÁGINA 6

INFORMES JURÍDICOS DA ADUR-RJ.

PÁGINA 6

ANDES-SN CONSIDERA ÚLTIMA
REUNIÃO DO GT DO MEC FRUSTRANTE.

PÁGINA 7

SEMINÁRIO DISCUTE RUMOS DO
MOVIMENTO SINDICAL.

PÁGINAS 7-9

ASSEMBLÉIA DA ADUR-RJ.

PÁGINA 9

ENTREVISTA COM FERNANDA MATHEUS
- MILITANTE DO MST E ESTUDANTE DA
UFRRJ.

PÁGINAS 10-12

CONSU DEBATE PROCESSOS
ELEITORAIS NA UFRRJ. POR PROF.
CANROBERT COSTA NETO.

PÁGINA 12

BREVE RETROSPECTIVA DOS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2005

JANEIRO

25/1 – Reunião do Setor das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)

O Setor aprovou a retomada do documento “Diretrizes de Plano de Carreira (DPC)”, elaborado pela Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais (CNESEF), que solicitou audiência com a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), para discuti-lo. Segundo o ANDES-SN, o encaminhamento do grupo foi pela “extinção da GED e incorporação das gratificações, com paridade e isonomia, com calendário ainda no atual governo” e “reintrodução dos anuênios na remuneração dos docentes”. Os presentes concordaram que as seções sindicais deveriam procurar, urgentemente, os reitores e dirigentes das IFES para solicitar que eles se posicionassem favoravelmente ao fim da GED, na reunião do Pleno da ANDIFES, em 14 de fevereiro.

26/1 – Plenária dos Servidores Público Federais (SPF’s)

Os pontos apresentados na reunião do Setor das IFES, em 25 de janeiro, subsidiaram as discussões e encaminhamentos para a Campanha Salarial de 2005 dos Servidores Públicos Federais. De acordo com o relatório desta plenária, foi aprovada, consensualmente, a reestruturação das carreiras dos Servidores Públicos Federais, com incorporações das gratificações, tendo por base o DPC (Diretrizes de Plano de Carreira) – documento elaborado pela CNESEF. Da mesma forma, os SPF cobraram a paridade entre ativos e aposentados e reivindicaram que a recomposição das perdas salariais desde 1995 seja garantida até o final de 2006, ainda durante o governo Lula.

FEVEREIRO

15/2 – ANDES-SN participa do Pleno Nacional da ANDIFES

Representantes da Diretoria do ANDES-SN participaram da reunião do Pleno Nacional da ANDIFES, realizada em Belo Horizonte. Durante o encontro, o ANDES-SN manifestou sua posição em favor da extinção da GED e a preocupação com debate sobre a carreira docente.

24/2 a 1/3 – 24º Congresso do ANDES-SN

Sob o tema “*Unidade e Independência da classe trabalhadora: direitos sociais e projetos de emancipação*”, o 24º Congresso do ANDES-SN realizado em Curitiba, contou com a participação de centenas de professores, representando associações de docentes de todo o país.

Durante o Congresso, foram definidas ações e um calendário de lutas contra as reformas universitária, sindical e trabalhista propostas pelo Governo Lula. Quanto à Campanha Salarial de 2005, o 24º Congresso estabeleceu que os professores continuassem “em todas as ações referentes à Lei n.º 11.087/2005 (antiga MP 208), se pautando na defesa da extinção das gratificações (GED, GEAD, GAE), com sua incorporação”.

O 24º Congresso também deliberou pela defesa da paridade entre docentes na ativa e aposentados, assim como pela isonomia entre professores dos ensinos médio e fundamental, e do magistério superior, em seus valores mais altos. Os encaminhamentos do evento reafirmaram a luta pela unidade das entidades que integram a CNESEF, para fortalecê-la e reafirmá-la como um espaço de lutas nas negociações com o governo federal.



Crédito: Daniel Caron

MARÇO

14/3 – Reunião do Setor das IFES



O Setor das IFES debateu e aprovou, por unanimidade, encaminhar as resoluções do 24º Congresso do ANDES para a Plenária dos SPF’s. Os presentes reafirmaram o plano de luta do setor das IFES, que contempla a recomposição salarial emergencial dos oito anos do governo FHC e dos dois primeiros anos do governo Lula. Os presentes ressaltaram a urgência de se cobrar do atual governo o compromisso firmado pelos seus ministros com os SPF’s, na Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), de que “não haveria perdas salariais para os servidores”. Foi aprovado também que os SPF’s exigissem do governo que todas as reuniões da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) e reuniões setoriais tivessem ata, bem como intensificassem a luta pelo restabelecimento de anuênios e pela institucionalização do dia 1º de maio como data-base de reajuste da categoria. Foi deliberada ainda a definição de um calendário de mobilizações até o dia 15 de maio, a partir do lançamento da Campanha Salarial. Os presentes concordaram em convocar a Comissão Nacional de Mobilização (CNM) para todas as semanas, a partir de 28 de março de 2005. Outra deliberação importante foi a de que o “ANDES-SN deveria concentrar suas ações no GT em torno da incorporação das gratificações, com isonomia e paridade e não permitir que houvesse dispersão dos trabalhos em inúmeros e diferentes temas referentes à carreira e às condições remuneratórias dos docentes, lembrando que há um prazo para o término do trabalho do GT”.

15/3 – Plenária dos SPF’s

O eixo geral da Campanha Salarial de 2005 foi aprovado na Plenária, que se definiu por uma política salarial com correção das distorções e reposição das perdas salariais de janeiro de 1995 a abril de 2005; diretrizes de plano de carreira; paridade entre ativos, aposentados e pensionistas; piso salarial do DIEESE; reconstrução do serviço público, abertura de concursos públicos; rejeição à reforma sindical proposta pelo governo Lula e endossada pelo Fórum Nacional do Trabalho (FNT) e pela CUT.

15/3 – Lançamento da Campanha Salarial 2005 pelos SPF’s

A pauta da Campanha Salarial de 2005 aponta uma luta para que o dia 1º de maio de cada ano possa ser institucionalizado como data-base de reajuste para os SPF’s. Exige também o reajuste emergencial conforme o índice acumulado de 2003 e 2004 (ICV-DIEESE: 18%), bem como pressiona o governo Lula para que cumpra o compromisso de não ocasionar perdas salariais para os SPF’s. As entidades devem pressionar o governo federal para que respeite o dispositivo constitucional que prevê e assegura a revisão anual dos vencimentos básicos dos servidores públicos, compensando, no mínimo, as perdas referentes à inflação do ano anterior, de acordo com os índices do DIEESE.

15/3 – CNESEF entrega reivindicações ao Ministro Interino do MPOG

Representantes de entidades nacionais dos Servidores Públicos Federais (SPF’s) entregaram a pauta de reivindicação da Campanha Salarial de 2005 ao Ministro Interino do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Sr. Nelson Machado. Desta reunião, participaram o secretário de Recursos Humanos do Ministério, Sérgio Mendonça, e o secretário executivo, Luis Inácio Adams. Junto com os representantes das entidades da CNESEF, estiveram a diretora da CUT, Lúcia Reis, e os deputados federais João Batista Oliveira de Araújo (Babá), Luciana Genro e Wasny de Rouse (PT/DF). A Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais (CNESEF) afirmou que o reajuste linear de 0,1% anunciado pelo governo é uma provocação e apresentaram ao Ministro Nelson Machado os principais eixos de luta da categoria, aprovados na Plenária dos SPF’s, realizada no mesmo dia.

O DOCUMENTO CONTÉM OS SEGUINTE EIXOS:

- 18% de reajuste emergencial a título de antecipação da recomposição das perdas acumuladas de 1995 a 2004;
- Incorporação das gratificações como processo de valorização do salário base e construção de carreira e superação das distorções no serviço público;
- Recomposição e manutenção do poder aquisitivo dos salários;
- Reposição anual do índice inflacionário de acordo com o ICV do Dieese;
- Paridade entre ativos e aposentados;
- Estabelecer piso como parte do processo de definição de carreira e plano de cargos;
- Data-base em 1º de maio.

16/3 – Reunião do GT do MEC

Representantes da ANDIFES, da SBPC, do ANDES-SN e do Proifes estiveram em Brasília com Jairo Jorge da Silva, Sylvio Petrus e Godofredo de Oliveira Neto, que representavam o MEC, para a reunião do GT instituído pela portaria MEC Nº 4.052 de 9 de dezembro de 2004. O principal encaminhamento desta reunião foi o entendimento do MEC de que a GED (Gratificação de Estímulo à Docência) perdeu sua função de incentivo, devendo ser incorporada aos salários. Pela circular nº 053 do Sindicato Nacional, de 17 de março de 2005, o ANDES-SN informou que os representantes do governo sugeriram que esta incorporação fosse progressiva, sendo “o primeiro passo, sua transformação em gratificação fixa e extensiva integralmente aos aposentados e pensionistas, resolvendo o problema da paridade”. O Sindicato Nacional observou, contudo, que não houve, por parte dos representantes do governo, qualquer menção aos valores mais altos da GED e da GEAD, como propôs o ANDES-SN. Deliberou-se que os representantes do governo apresentariam, em futuras reuniões, um plano de custos e um cronograma “apontando caminho para a incorporação da GED”; e que cada entidade prepararia contribuições em relação ao sistema de avaliação, à correção salarial e à carreira.

ABRIL

14/4 – Reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP)



Nesta reunião, o governo apresentou aos dirigentes sindicais as tabelas do Orçamento de Pessoal para 2005, cuja margem orçamentária é mínima. Representantes dos Servidores Públicos Federais (SPF's) cobraram do governo uma posição detalhada de gastos e uma metodologia para recomposição salarial. A única proposta concreta apresentada pelo governo é a de reajuste linear de 0,1%, embora o discurso fosse o de que pretendia trabalhar com reajustes diferenciados por categoria. O secretário do MPOG, Sérgio Mendonça, disse que enquanto houvesse negociação salarial em curso não dialogaria com servidores em greve, como no caso dos funcionários do INSS, que paralisaram os trabalhos por 48 horas para protestar por melhores condições salariais. Representantes do INSS garantiram que se o governo não apresentasse proposta, haveria greve por tempo indeterminado. Marina Barbosa Pinto, Presidente do ANDES-SN, lembrou ao secretário do MPOG que o governo desrespeitou o processo de negociação ao usar a força e apresentar, pela imprensa, a proposta de reajuste de 0,1% – o que soa como provocação para a categoria dos SPF's.

23/4 – Reunião do Setor das IFES

A Diretoria do ANDES-SN expôs alguns itens sobre a Campanha Salarial de 2005, que foram anteriormente discutidos com a CNESF (Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Públicos Federais), para serem apresentados, por escrito, ao Governo federal. São eles: a) data-base, b) recomposição das perdas inflacionárias, definição do índice emergencial, incorporação das gratificações e definição de piso salarial para os SPF's. Aprovou-se, por unanimidade, que no ato de entrega da proposta de política salarial ao governo, seria solicitado uma resposta em até duas ou três semanas. Deliberou-se por uma paralisação dos SPF's para o dia 18 de maio. Do mesmo modo, também ficou combinado que as associações de docentes e demais sindicatos devem denunciar a proposta do governo para reajuste dos salários no vergonhoso índice de 0,1%, assim como produzir cartazes e adesivos sobre a campanha salarial ora vigente.

24/4 – Plenária dos SPF's

Até aquele momento, o governo não havia apresentado nenhuma proposta de política salarial, além do pífio reajuste de 0,1%, já rejeitado pelos servidores. Assim, os encaminhamentos da Reunião do Setor das IFES do dia anterior foram aprovados e definiu-se o seguinte calendário de mobilização:

3 de maio: as entidades dos SPF's deveriam entregar documento com a proposta de política salarial aprovada pela categoria

18 de maio: Dia Nacional de Luta com paralisação, manifestações nas capitais dos estados protestando contra a política econômica neoliberal do governo e por uma política salarial para os servidores;

Primeira quinzena de junho: a plenária indicou GREVE;

Dia 22 de maio: nova plenária definiria a data de início da greve.

MAIO

17/5 – Audiência da CNESF com o Sérgio Mendonça (MPOG)

Dirigentes das entidades nacionais dos servidores públicos federais (SPF's) reuniram-se mais uma vez com o secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Sérgio Mendonça. A bancada sindical foi composta pelo ANDES-SN, ASSIBGE, CNTSS, CONDSEF, CUT, FASUBRA-SINDICAL, FENAFISP, FENAJUFE, FENASPS, SINASEFE, UNAFISCO SINDICAL, SINAL, SINDRECEITA e SINASEMPU. Os presentes cobraram uma posição do secretário Sérgio Mendonça sobre as reivindicações da categoria e acerca da política salarial para os SPF's. De acordo com o secretário Sérgio Mendonça, aquele não seria o momento apropriado para apresentar uma posição formal do governo, pois não era um encontro da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP). Segundo o governo, a exigência formal e legal de 0,1% foi cumprida e não pretendia reajustar salários a partir da reposição inflacionária, porque não teria orçamento para isso. O secretário do MPOG disse que haveria política de reajuste diferenciado por categoria para repor perda.

18/5 – Dia Nacional de Luta – Paralisação

21/5 – Reunião do Setor das IFES

Durante a reunião do Setor, os participantes reafirmaram a pauta emergencial, que reivindica o reajuste salarial para a categoria e que já foi entregue ao MEC. Esta pauta seria trabalhada nos conselhos universitários e no parlamento, dando visibilidade ao documento. Este documento também foi protocolado, novamente, no MPOG e no MEC.

22/5 – Plenária dos SPF's

O ANDES-SN recuperou, inicialmente, os informes da reunião do Setor das IFES e esclareceu que nove universidades paralisaram as atividades no último dia 18 de maio – conforme encaminhamento da última Plenária. Embora o Setor das IFES não tenha aprovado a greve unificada dos SPF's para a primeira quinzena de junho, 4 seções sindicais concordaram com tal indicativo. Dentre os principais encaminhamentos desta nova Plenária, os SPF's deliberaram pelo apoio às greves da CONDSEF e da FENASPS a partir de 2 de junho, construindo uma greve unificada a partir desta data. Do mesmo modo, caberia à bancada sindical acompanhar as negociações e audiências de entidades com o governo. Para aperfeiçoar a unificação da luta dos SPF's, foi aprovada a criação de um Comando Nacional de Mobilização (CNM) dos SPF's e de Comandos Estaduais. Os SPF's se comprometeram em negociar emendas à LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), com o deputado Gilmar Machado (PT-MG), da qual é o relator. O objetivo era buscar recursos para reajustes salariais, que contemplassem as perdas da categoria, durante os últimos anos.

30/5 – MEC apresentou segunda versão do Anteprojeto da Lei da Educação Superior

JUNHO

02/6 – Greve da CONDSEF e da FENASPS. Dia Nacional de Luta, com mobilizações nos Estados.

06/6 – Reunião do Setor das IFES

Aprovou-se uma pauta de reivindicações dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior, que foi protocolada no MEC, no mesmo dia. Esta pauta seguiu o que foi deliberado no 24º Congresso do Nacional do ANDES-SN e também pelas reuniões do Setor das IFES. Neste mesmo dia, os diretores do ANDES-SN encaminharam correspondência ao Ministério da Educação (carta nº166/05), pela qual diretoria do ANDES-SN criticou a morosidade do MEC no tratamento às demandas dos docentes e solicitou a retomada imediata da Mesa Setorial de Negociações, “a qual foi praticamente apenas instalada em 2003, de cujos trabalhos dependem a sintonia entre as negociações gerais dos servidores públicos federais e as específicas no âmbito da educação federal”.

06/6 – Reunião do GT do MEC

O secretário do MEC, Jairo Jorge da Silva, apresentou as conseqüências (ou impactos) no orçamento para o governo, caso ocorresse a incorporação da GED e da GAE, e o aumento de incentivos aos docentes; que seriam de R\$ 610 milhões e R\$ 370 milhões, respectivamente. Os incentivos aos docentes contemplariam os seguintes percentuais, sobre o vencimento básico: 10% para aperfeiçoamento; 20% para especialização; 40% para mestrado e 80% para doutorado. Jairo Jorge informou que ainda não havia uma conclusão sobre essas propostas, sobre quando ou de que forma seriam incorporadas (de uma única vez ou parceladamente). O primeiro vice-presidente do ANDES-SN, Paulo Rizzo, distribuiu cópia das reivindicações do Setor das IFES a ser protocolada no MEC, e afirmou que o governo deveria promover um tratamento isonômico entre os professores do magistério superior e da educação básica, havendo, portanto, uma equiparação dos valores da GED e da GEAD. Rizzo ressaltou a necessidade de se estabelecer a paridade entre o pessoal da ativa e os aposentados, já que a incorporação dessas gratificações ao salário pode ser um primeiro passo em direção à

isonomia e à paridade. O secretário do MEC comprometeu-se em apresentar uma solução concreta para o assunto na próxima reunião do GT, em 27 de junho. Disse que havia disposição do Ministério da Educação para transformar o atual GT em um Grupo que discuta o plano de carreira docente.

10/6 – Instalação do Comando Nacional de Mobilização (CNM)

Em cumprimento às deliberações da Plenária Nacional dos SPF's de 22 de maio de 2005, o CNM foi instalado para prestar apoio às greves em curso e à mobilização do conjunto das entidades aos funcionários públicos.

10/6 – Corte do Ponto de Grevistas

O jornal “Correio Braziliense” de 23 de Junho publica: “*Governo descontará no contracheque dos funcionários os dias parados no mês de junho. (...) O corte de ponto — medida anunciada há duas semanas pela Secretaria de Recursos Humanos (SRH) e classificada como ‘ameaça’ pelos grevistas — está em curso. A Advocacia Geral da União (AGU) vai descontar no próximo contracheque de seus servidores os dias parados. Funcionários administrativos da AGU mostraram prévias de comprovantes de pagamento indicando o corte do ponto. O sindicato da categoria promete recorrer da decisão na Justiça.*”

16/6 – Reunião do CNM

O CNM propôs que as entidades que estivessem preparadas, paralisassem suas atividades nos dias 22 e 23 de junho.



20/6 – Início na Semana de Mobilização dos SPF's, organizada pelo CNM (Acampamento em Brasília).

21/6 – Ato contra Corrupção com a instalação de um Tribunal Popular para apuração da Corrupção, em frente ao Ministério da Justiça. Ato em Defesa do eixo das reivindicações contra política econômica - em frente ao Ministério da Fazenda.

ACOMPANHE, DETALHADAMENTE, NESTA EDIÇÃO:

- 22/6 – Marcha à Brasília com concentração no acampamento
- 23/6 – Encerramento do Acampamento
- 23/6 – Reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente
- 24/6 – Reunião do Setor das IFES
- 27/6 – Reunião do GT do MEC

Calendário de Lutas do ANDES-SN

14/07 – Reunião das Instituições Estaduais do Ensino Superior (IEES), em Fortaleza

15 a 17/07 – 50º CONAD, em Fortaleza (CE), sediado pela ADUNIFOR Seção Sindical, com o tema central: “AUTONOMIA, DEMOCRACIA E LIBERDADE: pilares da universidade pública e do sindicalismo combativo”

17/08- Marcha à Brasília

SEMANA DE MOBILIZAÇÃO DO CNM: SPF's ACAMPAM E REALIZAM ATO EM BRASÍLIA

O Comando Nacional de Mobilização (CNM) dos Servidores Públicos Federais foi instalado no último dia 10 de junho, tendo como objetivo apoiar às greves em curso e à mobilização do conjunto das entidades com vistas à expansão e ao fortalecimento da greve dos SPF's. De acordo com o ANDES-SN, o CNM atende à deliberação da última plenária nacional de SPF's, que foi a de apoiar a entrada em greve dos servidores das bases da Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores Em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (FENASPS) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (CONDSEF) no dia 2 de junho e, a partir daquela data, construir a greve unificada dos servidores federais.

Em reunião do dia 16 de junho, o CNM propôs que as entidades que estivessem preparadas para tal, parassem suas atividades nos dias 22 e 23 de junho. O objetivo do CNM é dar sustentação à bancada sindical na reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), agendada para o dia 23 de junho.

Segundo documento publicado pelo ANDES-SN em 20 de junho, "o governo optou pela repressão à greve e não tem nada de concreto a apresentar diante da pauta de reivindicações para além do insultante reajuste de 0,1%. A repressão busca quebrar a greve antes que ela se generalize e traga ainda mais dificuldades ao governo para enfrentar a crise política na qual se encontra. (...) De nossa parte seria inadmissível deixar que servidores sejam punidos por estarem lutando por reivindicações que nos são comuns".

Para dar prosseguimento à mobilização da categoria, a Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais (CNESF) convocou uma Marcha à Brasília, realizada em 22 de junho. Os servidores da base da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (CONDSEF) acamparam na cidade, entre os dias 20 e 23 de junho, para participarem das atividades de mobilização dos SPF's. O acampamento foi montado no Estádio Mane Garrincha, pois a Polícia não permitiu que a tenda fosse montada na Esplanada dos Ministérios. No dia 22 de junho, houve também um ato em frente ao Palácio do Planalto, assim como uma atividade política na Esplanada dos Ministérios, que contou com a presença de alguns parlamentares, tais como Luciana Genro e João Batista Oliveira de Araújo (Babá). No dia 23, houve uma concentração em frente ao MPOG (Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão) em função da reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP).

De acordo com o boletim divulgado pela Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais conclamando os servidores a participarem dos atos em Brasília, o objetivo das atividades é "alavancar a greve dos servidores". Segundo a CNESF, a greve nacional dos SPF's segue ritmo crescente, já atingindo "80% do INSS com base de representação da FENASPS e chega a 70% entre os servidores da base com representação da CONDSEF".

Na movimentação no Distrito Federal, as reivindicações da categoria foram reafirmadas: 18% de reajuste emergencial; recomposição das perdas; incorporação das gratificações aos salários; diretrizes do plano de plano de carreira; paridade entre ativos, aposentados e pensionistas; pela reconstrução dos serviços públicos; pelo combate à corrupção e à impunidade.

Durante as atividades dessa semana de mobilização houve, no dia 24 de junho, as Plenárias Setoriais e Reunião Ampliada dos Comandos de Greve e, no dia posterior, a Plenária Nacional dos Servidores Públicos Federais.

SETOR DAS IFES APROVA EIXO DE LUTA UNIFICADO COM OS SPF'S E CONCLAMA SEÇÕES SINDICAIS PARA MOBILIZAÇÃO DE GREVE

No dia 24 de junho, representantes de diversas seções sindicais estiveram em Brasília para nova reunião do Setor das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Após os informes iniciais das seções sindicais e da Diretoria do ANDES-SN – que contemplaram, principalmente, as reuniões do MNNP e da bancada sindical – os presentes fizeram uma avaliação da atual conjuntura política. Após amplo debate, aprovaram as seguintes iniciativas:

- 1- Lutar pelo eixo unificado da campanha salarial dos SPF;
- 2- Todas as entidades têm reivindicações em comum e específicas;
- 3- Diversos setores têm pendências anteriores, no caso do ANDES-SN, incorporação das gratificações, paridade entre ativos e aposentados e isonomia entre as carreiras do magistério;

4- A resposta à crise política que o governo federal está tentando fazer é de blindagem com apoio de algumas entidades dos movimentos sociais. Essa ação protege a política econômica do governo. Dessa forma a prioridade do governo passa a ser resolver a crise política e não atender às reivindicações dos SPF;

5- Nas mesas de negociação central e setorial, fica claro que o governo não tem proposta e alega que no ano de 2005, nada que tenha impacto orçamentário poderá ser negociado; protelando assim, mais uma vez, para a partir de 2006;

6- Diante dessa conclusão, o esforço terá que ocorrer no sentido de unificar e fortalecer o movimento docente para alcançar vitória nas reivindicações. No momento, as universidades estão entrando em período de recesso

acadêmico;

7- Para alcançar alguma vitória, a saída é a greve. Fortalecer e construir a mobilização com vista à greve, sem o que nenhuma reivindicação deverá ser atendida em 2005.

Dentre os encaminhamentos da reunião do Setor das IFES, aprovou-se que as seções sindicais devem construir um calendário de mobilização para fortalecer a greve, para que seja possível indicar uma data para sua realização. As propostas e a data para deflagração da greve serão decididas durante o 50º CONAD, quando também será agendada a próxima reunião do Setor das IFES.

Coube ao ANDES-SN a responsabilidade de organizar atividades paralelas durante a Reunião anual da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), que ocorrerá após o 50º CONAD, em Fortaleza, e convidar as seções sindicais para que participem do evento. A princípio, o Sindicato Nacional pretende divulgar as diretrizes da Campanha Salarial dos SPF's e denunciar a "enrolação" do governo federal durante essas atividades.

O Setor das IFES recomendou que as seções sindicais articulem a constituição de fóruns autônomos e independentes contra a corrupção do governo Lula, ou adiram aos já existentes, cobrando do governo punição para os culpados. O mesmo setor também solicitou que as seções sindicais participem da Marcha à Brasília, convocada pela CONLUTAS, no próximo dia 17 de agosto.



MNNP: GOVERNO NÃO AVANÇA NAS PROPOSTAS E CORTARÁ PONTO DE GREVISTAS



De acordo com o relatório (circular nº191-05) apresentando pelo ANDES-SN, os servidores consideraram frustrante o resultado da reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), realizada em 23 de junho, já que o único item negociado foi a implantação do projeto de saúde complementar e saúde ocupacional para o funcionalismo.

A reunião foi aberta pelo Ministro do Planejamento Paulo Bernardo, que alegou que o governo não tem condições de negociar o reajuste salarial para este ano, porque há limitações orçamentárias. Ele afirmou que a folha de pagamento do serviço público teria inchado em R\$ 8,5 bilhões, enquanto o governo estima gastar, este ano, R\$ 98 bilhões com os salários dos SPFs. De acordo com o ANDES-SN, este último valor é fruto de um acordo fechado, realizado em 2004, com várias categorias. O governo – utilizando-se do discurso de que há disposição para negociar com os servidores – recusou a reivindicação de reajuste salarial de 18% em 2005, o pedido de aumento linear para 2006 e a solicitação de rever o corte do ponto de grevistas.

Os participantes – ANDES-SN, CUT, FASUBRA, FENASPS, CTNSS/CUT, SINDRECEITA, SINASEFE e ASSIBGE-SN – cobraram do Ministério um posicionamento acerca das emendas apresentadas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e reafirmaram as diretrizes da Campanha Salarial 2005. O Ministro afirmou que o governo poderá apoiar as emendas a LDO no Congresso, contudo, disse que o governo só poderá se comprometer com o que for possível para 2006.

Durante a reunião, que durou aproximadamente três horas e meia, o Ministro do Planejamento Paulo Bernardo retirou-se, alegando compromissos no Congresso. Para substituí-lo, indicou o Secretário Sergio Mendonça.

A bancada sindical apresentou a proposta de negociações da pauta em calendário, que vai até o dia 15 de julho e disse que, “independentemente da discussão do orçamento de 2006, não abriria mão do atendimento das reivindicações de 2005”.

A proposta do governo foi a de que os servidores suspendessem a greve em troca do compromisso de se discutir o orçamento para o próximo ano. De acordo com a bancada sindical, é preciso fortalecer o movimento grevista.

A próxima reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) será no próximo dia 29 de julho.

Bancada sindical avalia reunião do MNNP

Após a reunião do MNNP, a bancada sindical reuniu-se para fazer uma avaliação dos resultados obtidos junto ao governo. Decidiu-se solicitar a presença do Ministro do Planejamento Paulo Bernardo nas próximas reuniões, pois a bancada sindical entendeu que o Secretário Sergio Mendonça recuou em relação aos avanços anunciados pelo Ministro. A bancada sindical deliberou pelo envio de correspondência ao Presidente Lula, informando que não há negociação.

A bancada sindical reforçou a necessidade de mobilização dos servidores públicos federais à greve e solicitou que os setores que ainda não paralisaram suas atividades o façam nos próximos dias, participando de atividades e atos unitário nos diversos estados.

RELATOR DA LDO NÃO INCORPORA EMENDAS PROPOSTAS PELA BANCADA SINDICAL

Reproduzimos a carta da Bancada Sindical dos Servidores Públicos Federais, encaminhadas aos Parlamentares, na primeira semana de julho:

Senhores Parlamentares,

A Bancada Sindical dos Servidores Federais, através dos deputados Fátima Bezerra e Wasny de Roure, apresentou três emendas para a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2006.

Para surpresa da bancada sindical, nenhuma das três emendas foi acatada pelo relator Gilmar Machado no relatório, apesar de, na última reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente, o Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, ter dito que “se for a emenda que o Gilmar me mostrou, não tem problema, o governo assume”. Depois desta fala, passamos cópia das emendas ao Senhor Ministro, que não se pronunciou contrariamente em relação às mesmas.

Desta forma, a Bancada Sindical solicita aos parlamentares da Comissão Mista de Orçamento que assumam o compromisso de incluir na LDO as emendas que possam garantir no orçamento de 2006 reajuste aos trabalhadores do serviço público vinculado ao Crescimento Nominal do PIB (emendas 2 da dep. Fátima Bezerra, emenda 40 do dep. Sergio Miranda, emenda 50 do Dep. Wasny de Roure e emenda 22 da dep. Clair) ou sobre o Crescimento da Receita Corrente Líquida (emendas 1 da dep. Fátima Bezerra, 51 do dep. Wasny, e emenda 23 da dep. Clair).

Solicitamos também que sejam acolhidas as emendas supressivas que retiram da LDO o princípio de que despesas com pagamento das sentenças judiciais façam parte do cálculo dos limites de pessoal. São elas: a emenda 3 da dep. Fátima Bezerra, a 73 do dep. Sergio Miranda e 49 do dep. Wasny.

Agradecemos, desde já, o seu empenho.

BANCADA SINDICAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS,
formada pelos 18 Sindicatos Nacionais que compõem a Mesa Nacional de Negociação Permanente criada pelo governo Lula em 2003.

INFORMES JURÍDICOS DA ADUR-RJ:

FGTS:

Informamos aos professores que a primeira fase no processo do FGTS está em fase de encerramento. Contas estão sendo prestadas à Justiça, isto é, dos valores recebidos e pagos, bem como solicitação de providências quanto àqueles que ainda não receberam os valores devidos. Há, contudo, professores que ainda não receberam o depositado na CEF, devendo, assim, procurarem o estabelecimento para percepção do devido. Há, também, alguns que já receberam mais ainda não prestaram contas na ADUR, com o que os conclamamos que o façam com a maior brevidade. Por fim, aqueles que ainda não ajuizaram essa ação ainda deverão fazê-lo, de acordo com as instruções de posse da Associação.

Distribuição de processos no Juizado Especial Federal:

Cumpramos informar que a distribuição de processos no Juizado Especial Federal – JEF – está por demais atrasada, em cerca de três meses, com o que as ações dos 3,17% e de FGTS encaminhadas para esses segmentos da Justiça estão com o processamento deveras atrasado, isso por conta do assoberbo dos JEF.

Dr. Marcelo Chabréo
Assessor Jurídico da ADUR-RJ

ANDES-SN CONSIDERA ÚLTIMA REUNIÃO DO GT DO MEC FRUSTRANTE

Representantes do ANDES-SN, da SBPC, da ANDIFES e do Proifex estiveram reunidos em Brasília, no último dia 27 de junho, para dar prosseguimento às atividades do Grupo de Trabalho do MEC. Instituído pela portaria nº 4052 de 9 de dezembro de 2004, este GT tinha por finalidade discutir as reivindicações da classe docente, de 2004, que não foram atendidas pelo governo.

De acordo com o relatório divulgado pelo ANDES-SN (circular nº195/05), o GT deveria “atender o disposto na MP 208, de 20 de agosto de 2003, que estabeleceu o prazo de 180 dias para uma definição em relação à GED”. Contudo, este prazo não foi cumprido e foi mais uma vez prorrogado, tendo como prazo 30 de setembro próximo, para o encerramento dos trabalhos.

Do mesmo modo, a proposta deste GT afasta-se cada vez mais do seu objetivo inicial e é possível questionar se, de fato, há disposição do governo para negociação.

Na reunião supracitada, o Secretário do MEC, Jairo Jorge da Silva, propôs que este Grupo de Trabalho fosse prolongado por mais 60 dias para discutir a carreira docente, “dentro do limite de R\$1 bilhão de impacto financeiro, a partir de 2006”. As discussões do GT aconteceriam durante os meses de julho e agosto, e em setembro e outubro, os debates seriam estabelecidos com o MPOG (Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão), “com vistas à inclusão no orçamento de 2006”.

Para os representantes da ANDIFES a proposta foi considerada um avanço – já que para a entidade, a discussão da carreira poderia levar à superação do debate sobre as incorporações das gratificações ao salário. Para o ANDES-SN, a proposta apresentada pelo MEC é frustrante. Segundo o relatório desta reunião, o Sindicato Nacional “considerou inaceitável a posição do governo ao alegar que não existe disponibilidade orçamentária em 2005 e que, se havia consenso em relação à extinção da GED, ao menos em relação a isso, o governo deveria apresentar uma proposta”.

Na reunião do mesmo GT, em 16 de março passado, houve o entendimento do MEC de que a GED (Gratificação de Estímulo à Docência) perdeu sua função de incentivo, devendo ser incorporada aos salários, conforme defendido pelo ANDES-SN e divulgado pela entidade na circular nº 053. Entretanto, a proposta não avançou.

O primeiro vice-presidente do ANDES-SN, Paulo Rizzo, argumentou que a entidade tem interesse e disposição para tratar da questão da carreira – tema em discussão com o SINASEFE (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional) – e que o assunto demanda mais tempo do que os dois meses previstos, inicialmente, pelo governo. Paulo Rizzo disse ainda que a “composição do atual GT não corresponde ao que define o sistema de negociações criado com a Mesa Nacional de Negociação Permanente”, solicitando a retomada da Mesa Setorial de Negociação Permanente.

Então, Jairo Jorge da Silva, representante do governo, disse que apresentou uma proposta, mas que não houve acordo com o ANDES-SN, e que, para este ano, não há mais recursos para negociações, “sendo melhor viabilizar propostas com efeitos financeiros para 2006”. Ele propôs mais duas reuniões do GT, em julho e agosto, para tratar da incorporação das gratificações, da paridade entre ativos e aposentados, do aumento dos incentivos à titulação.

**O ANDES-SN
“CONSIDEROU
INACEITÁVEL A
POSIÇÃO DO
GOVERNO AO ALEGAR
QUE NÃO EXISTE
DISPONIBILIDADE
ORÇAMENTÁRIA EM
2005 E QUE, SE
HAVIA CONSENSO EM
RELAÇÃO À EXTINÇÃO
DA GED, AO MENOS
EM RELAÇÃO A ISSO,
O GOVERNO DEVERIA
APRESENTAR UMA
PROPOSTA”.**

SEMINÁRIO DISCUTE RUMOS DO MOVIMENTO SINDICAL

A Universidade Federal Fluminense (UFF) sediou, entre os dias 1º e 2 de julho, o Seminário “Alternativas de Organizações dos Trabalhadores”. A realização deste evento – concebido pelo ANDES-SN, pela Secretaria Regional do Rio de Janeiro e pela ADUFF S. Sind. – cumpre a determinação do 24º Congresso do ANDES-SN de se promover, no primeiro semestre deste ano, a discussão sobre concepção sindical, fazendo um balanço da experiência da CUT e apontando novas propostas organizativas para a entidade. Representantes de diversas seções sindicais, de diferentes estados do país, estiveram presentes neste encontro na UFF. A ADUR-RJ foi representada pelos professores Luis Mauro S. Magalhães, Frederico Falcão e Rômulo Garcia – membros do Grupo de Trabalho de Política de Formação Sindical (GTPFS) da ADUR-RJ. Representantes do SINTUR e do DCE da UFRJ também participaram do Seminário.

No primeiro dia das atividades, Paulo Rizzo, José Maria de Almeida, Junia Gouvêa e Jorge Luis Martins (Jorginho) – representando o ANDES-SN, a CONLUTAS, a CNESF, e a esquerda da Central Única dos Trabalhadores, respectivamente – apresentaram suas opiniões, divergentes, sobre o tema “Concepção Sindical, balanço da experiência da CUT e propostas de alternativas organizativas”.

Ao abrir os trabalhos, a Presidente do ANDES-SN, Marina Barbosa Pinto, destacou que o Sindicato Nacional considera importante estabelecer a discussão sobre o futuro da entidade, pós desfiliação da CUT, com as bases. Para a professora, é necessário contextualizar o debate a partir das perspectivas de crise política – que alterou a correlação de forças entre o governo e os movimentos sociais – tendo em vista que algumas perguntas têm que ser respondidas com clareza. São elas: a) Quais são os próximos passos para os avanços nas organizações sindicais?; b) Qual o papel da CONLUTAS (Coordenação Nacional de Lutas) nesta conjuntura, tendo em vista que o Sindicato Nacional concebe esta Coordenação como mais um espaço de debates?; c) Qual o papel dos instrumentos de luta das classes na construção da mobilização dos indivíduos?; d) Como o ANDES-SN, que se organiza de forma tão peculiar, foi capaz de se consolidar como uma importante instância representativa dos docentes, há mais de 20 anos?

Estas e outras questões, contudo, só poderiam ser respondidas, de acordo com Marina Barbosa Pinto, se os participantes não perdessem de vista dois princípios caros ao Sindicato Nacional: o de *autonomia* e o de *unidade*.

As diferentes posições políticas: exposições das idéias e plenária

À frente dos trabalhos do primeiro dia de atividades, estava a diretora do ANDES-SN, Ceres Maria Ramires Torres, que afirmou que cada palestrante teria 20 minutos para apresentar suas opiniões.

A primeira a tomar a palavra foi a representante da CNESF, Junia Gouvêa, que não se furtou de fazer duras críticas ao Governo Lula – que, atualmente, por estar envolvido em denúncias graves de corrupção, colhe os frutos de alianças políticas “maquiavélicas”. Para manter sua governabilidade, sob a lógica de que “os fins justificam os meios”, o Presidente Lula associou-se a partidos políticos e a parlamentares, cuja confiabilidade há muito, tem sido questionada pela sociedade civil.

Para Junia Gouvêa, Lula não rompeu com as diretrizes políticas de Fernando Henrique Cardoso, adotando um



enfoque neoliberal. As experiências da Reforma da Previdência, os projetos de Reformas Universitária, Trabalhista e Sindical, bem como a aprovação da Lei de falências, da Parceria Público-Privada (PPP's) e a liberação dos transgênicos são exemplos de que a política do governo Lula favorece ao capital privado e ao empresariado. Sendo assim, de acordo com Junia Gouvêa, só haverá transformação se a população for às ruas, participar da luta, e não se iludir com iniciativas como a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) – um mecanismo de controle atrelado ao governo.

Junia Gouvêa também mencionou a carta assinada por movimentos sociais, como a CUT e o MST, recentemente publicada em diversos jornais, pela qual afirmava que há um golpe da direita contra o governo Lula. Para a militante, esta carta é muito simbólica e traduz a fragmentação do movimento social brasileiro, já que o Presidente Lula, dias após a publicação desse documento, disse que a política econômica do país não será alterada. Os movimentos signatários deste documento, contudo, não se manifestaram após a declaração do Presidente de que o Ministro da Economia, Antonio Palocci, é intocável.

“Não há golpe contra o governo, mas sim, contra a classe trabalhadora”, diz a representante da CNESEF.

De acordo com a servidora pública federal, a CUT, há muito, deixou de representar os interesses dos trabalhadores. Quando foi fundada, a Central era um espaço legítimo de luta da categoria, já que seus projetos contemplavam as reivindicações do operariado. Desde 1990, quando ocorreu uma alteração no estatuto da CUT, houve uma degeneração do projeto inicial de luta da entidade. Para Junia Gouvêa, a estrutura da Central, hoje, está viciada e não é mais um pólo de resistência e enfrentamento ao governo, como foi evidenciado pelo apoio da CUT à Reforma da Previdência, por exemplo.

Segundo a representante da CNESEF, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra cometeu um erro em assinar este documento de apoio ao governo. Contudo, o MST não pode ser comparado à CUT, por ainda ser destacar e defender um projeto que difere dos parâmetros governistas.

Junia Gouvêa acredita que as entidades sindicais e demais movimentos sociais devem fazer um exercício de auto-crítica, para não repetir os erros da CUT; que também é questionada por seus filiados. A expositora citou como exemplo a experiência da CNESEF, e as divergências em torno da criação da Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais. Esta Coordenação, que defende a categoria dos SPF's, estabeleceu uma relação de “patrão-empregado” com o governo, reivindicando, assim, os direitos dos trabalhadores. De acordo com a palestrante, a CNESEF acredita na construção de uma frente de trabalhadores, nacionalmente combativa.

José Maria de Almeida, ex-membro da executiva da CUT e principal líder da CONLUTAS, reafirmou que o processo de ruptura com a Central foi doloroso, porém, necessário. Ele também destacou a especificidade da criação do Partido dos Trabalhadores e da CUT em relação ao movimento sindical na América Latina – sendo notória a experiência brasileira quanto à consolidação destas duas frentes de resistência ao governo, no início da década de 1980.

Naquela época, segundo José Maria de Almeida, a classe trabalhadora tinha como principal objetivo levar o então metalúrgico Luis Inácio Lula da Silva à Presidência, pois tal feito representava a possibilidade de mudança. Lula chegou ao mais alto cargo administrativo do país, porém, não implementou as transformações que defendia quando sindicalista e operário.

Logo, para o coordenador da CONLUTAS, o ciclo PT e CUT, embora representativo de uma época de lutas, está encerrado desde que ambos romperam com os interesses da classe trabalhadora em favor do empresariado. Para José Maria de Almeida, os movimentos sociais não têm que sentir medo do que está por vir, pois é preciso compartilhar novas experiências para promover as transformações que a classe trabalhadora necessita. Todavia, devem evitar o sectarismo e a paralisação, optando pelo debate democrático.

Nesta perspectiva de superação dos erros, o militante afirmou que há que se datar as experiências do PT e da CUT como fruto de um momento político específico, mas que foi preciso promover esse “divórcio político” para não comprometer a autonomia dos movimentos sociais. Assim, para ele, não há como se construir uma nova CUT, e a CONLUTAS representa uma alternativa de luta inovadora para a recomposição sindical e política, que só pode ser efetivada a partir da unificação dos movimentos sociais comprometidos com a causa dos trabalhadores.

José Maria de Almeida citou os casos de países latino-americanos, tais como Bolívia, Venezuela, Argentina e Equador para exemplificar a força da luta da classe operária. Portanto, segundo o militante, o atual momento brasileiro pode ser entendido como um período de transição, de radicalização social e política, rumo à insurreição, à revolução.

Para o representante da CUT neste Seminário, Jorge Luis Martins (Jorginho), a discussão deve ir além da opção por desfiliar-se ou não da Central, já que esta temática é muito mais complexa. Atualmente, o militante tem questionado algumas posturas da CUT, mas não acredita que a história da entidade possa ser descartada, sobretudo porque sua criação data de um momento de efervescência política.

Durante sua exposição, criticou a estrutura sindical brasileira, ainda presidencialista, economicista e verticalizada – um problema que não é característico somente da CUT. Para Jorge Martins, a forma de enfrentar as divergências não é se afastar da entidade.

“Não queremos a CUT do Luis Marinho, mas a Central não é o seu Presidente. O encaminhamento é discutir dentro da CUT, pois não achamos correto ficar de fora da

“pancadaria” e longe dos trabalhadores”, diz.

Para o representante da Central, a entidade tem, de fato, muitos problemas, mas nem por isso deixou de ser combativa. Jorge Martins afirmou que a “guerra” tem que ser travada no interior da CUT, e recuperou o discurso de que a discussão do movimento sindical brasileiro e das alternativas de organização dos trabalhadores deve contemplar questões como a ética e o respeito.

“É preciso estabelecer um diálogo com as bases, já que o debate possibilita o exercício da democracia. O ANDES-SN deve criar critérios para travar essa discussão em torno da sua forma de organização, para evitar futuros rachas”, disse.

O primeiro vice-presidente do ANDES-SN, Paulo Rizzo, representando a entidade, resgatou a importância do movimento sindical frente à atual conjuntura política, a qual, segundo ele, tem deixado a classe trabalhadora intimidada. Esta intimidação da classe, segundo Rizzo, se explica pelo forte aparato de “proteção” que o governo construiu a sua volta, sendo capaz de dividir o movimento social organizado. Esta declaração do diretor do ANDES-SN fazia uma clara alusão a carta que menciona um possível “golpe” da direita contra o presidente Lula, da qual a CUT e o MST foram signatários.

“Devemos ser persistentes, pois todo o aparato que envolve o governo apresenta uma perspectiva de desistência da luta”, disse.

Rizzo afirmou que as entidades sindicais têm que estar alertas aos acontecimentos políticos, que rapidamente se transformam, e trazem, conseqüentemente, implicações para a classe trabalhadora.

Assim, para Paulo Rizzo, o debate deve ser aprofundado a partir dos pressupostos da unidade e da ruptura, pois os interesses da classe trabalhadora e os conflitos políticos não estão dissociados dos processos econômicos.

No dia seguinte, em prosseguimento as questões contempladas sobre o tema “Concepção Sindical, balanço da experiência da CUT e propostas de alternativas organizativas”, os presentes subdividiram-se em três Grupos de Trabalho (GT), para aprofundar o debate, a partir de dinâmica própria.

À tarde, as discussões estabelecidas nos GT's foram levadas para a Plenária, na qual foram debatidas questões como a crise do sindicalismo brasileiro, a



Da esquerda para a direita: Céres Torres (ANDES-SN), José Maria de Almeida (CONLUTAS), Paulo Rizzo (ANDES-SN), Jorge Luis Martins (CUT) e Junia Gouvêa (CNESEF).

unidade e a subjetividade da classe trabalhadora e a necessidade de se restabelecer a solidariedade da classe.

De uma maneira geral, os participantes acreditam que as alternativas de organização da luta dos trabalhadores já estão sendo redefinidas.

Para o diretor do ANDES-SN, Antonio Bosi, a discussão está atrelada em *o quê* (uma frente?; uma nova central?; a CONLUTAS?) e *como* se quer construir essas alternativas, pois o movimento sindical já vivencia este *processo* de redefinição.

As discussões apresentaram perspectivas distintas em muitos aspectos, porém, reafirmaram alguns elementos fundamentais para o movimento docente, tais como a necessidade de potencializar a luta de classe e a unidade dos trabalhadores.

Marina Barbosa Pinto chamou atenção para a estratégia de desmobilização da categoria, constantemente apresentada pelo governo, que deve ser combatida pelos movimentos sociais.

“O ANDES-SN defende a democracia, a independência e a unidade dos trabalhadores. Contudo, queremos que esta unidade possa se efetivar em cima de uma ação concreta e não do abstrato”, disse a presidente do Sindicato Nacional.

O debate sobre as alternativas de organização dos trabalhadores será novamente restabelecido no 50º CONAD, que acontecerá, na segunda quinzena de julho, em Fortaleza, quando estas e outras questões serão discutidas.

“O ANDES-SN DEFENDE A DEMOCRACIA, A INDEPENDÊNCIA E A UNIDADE DOS TRABALHADORES. CONTUDO, QUEREMOS QUE ESTA UNIDADE POSSA SE EFETIVAR EM CIMA DE UMA AÇÃO CONCRETA E NÃO DO ABSTRATO”, MARINA



Crédito das imagens das páginas 7,8,9 e 10: Aline Pereira

ASSEMBLÉIA DA ADUR-RJ

No dia 30 de junho, realizou-se a Assembléia Geral Permanente da ADUR-RJ, no Gustavo, para discutir os seguintes pontos de pauta: 1) informes gerais; 2) indicação para a Comissão de Fiscalização de Contratos da UFRRJ; 3) indicação para o Conselho Consultivo Temporário da Divisão de Saúde; 4) Campanha Salarial 2005; 5) 50º CONAD (Conselho do ANDES-SN); 6) encerramento da Assembléia Geral Permanente; 7) outros assuntos. Os trabalhos foram encaminhados pelo diretor da ADUR-RJ, Prof. Frederico José Falcão. Os professores Luis Mauro S. Magalhães e Maria Teresa Carneiro da Cunha – também diretores da entidade – finalizaram os trabalhos do dia quando o Prof. Frederico Falcão precisou ausentar-se, por volta do meio-dia.

Primeiramente, o Prof. Frederico Falcão apresentou os informes gerais. Comunicou a realização do 50º CONAD, no período de 15 a 17 de julho, em Fortaleza (CE), que tem por objetivo atualizar o plano de lutas do 24º Congresso do ANDES-SN, ocorrido no início deste ano. O diretor da entidade também convidou os presentes para que participassem do Seminário “Alternativas de Organização dos Trabalhadores”, nos dias 1º e 2 de julho, na Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), para que debatêssem os rumos do movimento sindical, frente à atual conjuntura política.

Outro informe versou sobre a greve dos servidores públicos federais, instaurada no início de junho. De acordo com o diretor da ADUR-RJ, o movimento tem se fortalecido, sobretudo neste momento em que o governo federal está fragilizado, envolvido em denúncias de corrupção. Ele mencionou ainda a passeata dos SPFs, que no mesmo dia 30 de junho ocorria no Centro do Rio de Janeiro.

Como último informe, o Prof. Frederico Falcão mencionou a reunião do GT do MEC, ocorrida em 27 de junho, pela qual o governo mostrou-se irredutível em relação a pauta de reivindicações dos docentes, sob afirmação de que não há mais recursos para alteração do orçamento neste ano. O diretor da ADUR-RJ ainda alertou os presentes para o comportamento contraditório do governo, que diz estar negociando com o movimento docente, apesar das evidências de que tem postergado ao máximo o atendimento às reivindicações da categoria.

A posição do governo, nestes últimos meses, contribuiu para que algumas seções sindicais – como ADURADOS, ADUFPA, ADUFEPE e ADUFMAT – deliberassem, em assembléia, a favor de um indicativo de greve para o segundo semestre deste ano.

Quanto a esta temática, o Prof. Frederico Falcão também mencionou o posicionamento do Proifes (Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior). Este tem feito oposição à Diretoria do ANDES-SN, e defendido, estrategicamente, a instauração de uma greve em cima das reivindicações da pauta específica dos docentes, já protocolada pelo ANDES-SN no MEC. Vale lembrar que este Fórum também tem participado do GT do MEC – atendendo ao convite do Ministro Tarso Genro, que expressou seu interesse político (leia-se: fragmentar o movimento docente) em ter o grupo dissidente do ANDES-SN presente nas “negociações”.

Para melhor encaminhar a Assembléia, o diretor da ADUR-RJ sugeriu uma inversão nos pontos de pauta, e tratou do quinto item do dia: o 50º CONAD. O Prof. Frederico Falcão explicou que a diretoria da ADUR-RJ enviará três pessoas para participar do evento, em Fortaleza. Foi deliberado que o mesmo professor representará a entidade, tendo direito ao voto nas deliberações. Ele explicou que durante o CONAD, ao contrário do que acontece nos Congressos do ANDES-SN, cada seção sindical tem direito a um voto apenas. A outra participante será a Profa. Rosane Ferreira de Oliveira, também diretora da ADUR-RJ. Prof. Frederico Falcão explicou que a participação desta professora será importante porque ela integra o Grupo de Trabalho de Política Educacional do ANDES-SN (GTPE) e poderá contribuir bastante com as discussões.

De acordo com o responsável pelo encaminhamento da Assembléia, a Diretoria da ADUR-RJ achou importante destinar esta última vaga aos interessados em participar do 50º CONAD, alertando para o compromisso dos participantes com as atividades do evento. Como os presentes não desejaram ir ao 50º CONAD, deliberaram para que a própria diretoria apontasse um terceiro participante para o Conselho do ANDES-SN.

Dando prosseguimento aos pontos da pauta, deliberou-se, unanimemente, pelo encerramento da Assembléia Geral Permanente, e optou-se pela discussão do segundo item da pauta: “Indicação para a Comissão de Fiscalização de Contratos da UFRRJ”.

Este assunto foi debatido mais intensamente pelos presentes, que deliberaram por não indicar qualquer representante para esta Comissão, até a realização de uma Assembléia específica para se discutir este tema. Os professores lamentaram o quorum reduzido desta Assembléia, argumentando que a discussão deste item, especificamente, era de extrema importância para a entidade. Eles



Fonte: ANDES-SN, Autor: Ricardo Borges

questionaram a participação da ADUR-RJ nesta Comissão, sob o argumento de preservar a independência da entidade frente à administração da UFRRJ. Contudo, destacaram que tal atitude não é uma represália ou uma declaração de oposição à Reitoria atual. Afirmaram, apenas, que a entidade deve rediscutir este item de pauta, tendo em vista a tradição da ADUR-RJ com as questões sindicais, que não pode estar subordinada à administração da Universidade.

O Prof. Frederico Falcão explicou que os itens dois e três – sendo este último a Indicação para o Conselho Consultivo Temporário da Divisão de Saúde – deveriam ser rediscutidos. Ele salientou que estas indicações eram, na verdade, uma solicitação da administração da UFRRJ, provavelmente preocupada em dar continuidade à idéia de “gestão participativa”, defendida durante o processo eleitoral para escolha da nova Reitoria.

Assim, quanto aos itens dois e três da pauta acima apresentada, deliberou-se pela recusa dos temas e não indicação de representantes para estas Comissões, até uma tomada de posição em nova Assembléia de classe.

Ainda durante a Assembléia, a Diretoria foi questionada quanto ao seu posicionamento político, acerca do aumento de 0,1%, concedido pelo governo aos servidores públicos federais. Por meio do ADUR Informa e da homepage da entidade, a Diretoria tem contestado o aumento irrisório destinado aos servidores públicos federais e informado à comunidade dos últimos acontecimentos e reuniões, entre representantes do ANDES-SN e do governo, em Brasília. Do mesmo modo, a Diretoria tem se esforçado para trazer os professores para as discussões, contudo, em uma assembléia esvaziada, não seria possível apontar uma definição quanto ao futuro das mobilizações da categoria ou sobre a possibilidade de uma greve, na UFRRJ.

O Prof. Luis Mauro S. Magalhães sugeriu que a questão das formas de luta, incluindo a greve, fossem mais debatidas junto com toda a comunidade, podendo ser organizada uma mesa de discussão.

Uma possibilidade sugerida pelo diretor da ADUR-RJ seria apresentar a trajetória histórica dos movimentos de greve e das conquistas advindas por meio deste mecanismo de luta. A proposta deste seminário seria levada à Diretoria da ADUR-RJ, para que esta pensasse uma forma de viabilizá-lo.

Pouco antes do encerramento desta Assembléia, Prof. Laélino Nunes de Lima levantou uma questão pessoal, de ordem jurídica. Ele mencionou que o governo tem exigido que os profissionais liberais, aposentados por locais de trabalho distintos, escolham quais dos vencimentos desejam continuar recebendo.

Neste momento, os responsáveis pela finalização dos trabalhos desta Assembléia solicitaram que o professor apresentasse a documentação referente ao assunto na ADUR-RJ, para que a Diretoria pudesse avaliar o caso e convocar uma reunião com o assessor jurídico da entidade e demais associados.

CONLUTAS CRITICA NOMEAÇÃO DE MARINHO; FORÇA E FIESP APROVAM NOVO MINISTRO

A nomeação de Luiz Marinho, presidente da CUT, para o Ministério do Trabalho, dividiu o movimento sindical. A Força Sindical e a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) aprovaram a indicação. A Conlutas, por sua vez, criticou a ida do sindicalista para o governo. A Conlutas (Coordenação Nacional de Lutas) é formada por entidades civis de esquerda ligadas ao PSTU. Muitos de seus membros saíram da própria CUT.

"A ida de Marinho para o governo institucionalizou o apoio que a CUT já dava para o governo. Lula não vai ganhar nada com a nomeação de Marinho, pois a CUT já apoiava incondicionalmente o governo", disse o diretor do Conlutas, José Maria de Almeida.

Segundo ele, a classe trabalhadora perderá com a nomeação de um sindicalista para o Trabalho. "É discutível se a CUT, como central do ministro, irá defender os interesses dos trabalhadores ou os interesses do governo".

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, ligado à Força Sindical, aprovou a nomeação de Marinho. "Esperamos que ele se empenhe na condução da reforma sindical, viabilize a proposta de redução da jornada de trabalho e convença o presidente da necessidade de se baixar os juros para que o país possa criar os empregos que necessita e melhorar a produção", diz nota do sindicato.

O presidente da Força, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, já havia comunicado o seu apoio hoje de manhã. "Marinho contará com o apoio de todo o movimento sindical", disse Paulinho. O presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Paulo Skaf, elogiou o perfil conciliador de Marinho como sindicalista. "Ele é um líder sindical de prestígio, com bom trânsito entre os trabalhadores, lideranças patronais e empresariais e sempre tratou a questão do capital de trabalho de forma justa e honesta." **Fonte: Folha online, 8 de julho**

ENTREVISTA COM FERNANDA MATHEUS, MILITANTE DO MST E ESTUDANTE DA UFRRJ

COM A FORMATURA PREVISTA PARA SETEMBRO DESTES ANOS, NÃO FOI À TOA QUE FERNANDA MATHEUS, 27 ANOS, ESCOLHEU TORNAR-SE AGRÔNOMA. ESTUDANTE DA UFRRJ E MILITANTE DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA, FERNANDA FOI UMA DAS COORDENADORAS DA MARCHA DO MST À BRASÍLIA, REALIZADA EM 17 DE MAIO PASSADO.

HÁ MAIS DE 20 ANOS ASSENTADA COM A FAMÍLIA, AOS POUCOS, FERNANDA CONSCIENTIZOU-SE DA IMPORTÂNCIA DE PROSEGUIR COM A LUTA DO MOVIMENTO E DA NECESSIDADE DE FORMAR NOVOS AGENTES, QUE TAMBÉM DESEJEM E REIVINDICAM MELHORES CONDIÇÕES SOCIAIS PARA TODOS. EM ENTREVISTA AO ADUR INFORMA, ELA RELATA SUA EXPERIÊNCIA À FRENTE DO MST, EXPLICA AS PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES DO MOVIMENTO E A IMPORTÂNCIA DO DIÁLOGO COM A UNIVERSIDADE.



AI: Qual é a sua experiência com a luta pela Reforma Agrária no país e como se engajou no MST?

FM: Aos seis anos, fui para um acampamento, em São Paulo, com a minha família. Já estamos assentados há 22 anos e participamos de um dos primeiros assentamentos depois da Ditadura. Morei e estudei no assentamento e aos 15 anos comecei a militar. As crianças que vão para o acampamento logo aprendem a participar das atividades. O acampamento é uma escola. Aprendemos muitas coisas novas e conhecemos pessoas diferentes. Para as crianças, especialmente, é uma coisa fantástica. Quando tinha 15 anos, fui para um curso do MST, em nível de segundo grau, com formação técnica. Ali, pude entender a importância de se dar continuidade ao Movimento. O MST tem uma política interessante de transferir os jovens, que assim quiserem, para outros estados, para que possam contribuir com a organização do país. Assim, eu e mais duas pessoas viemos para o Rio de Janeiro, em 1996. Em 1997, prestei vestibular, passei, e fiquei por aqui, atuando.

AI: Qual a importância do acampamento para a socialização e o aprendizado das pessoas?

FM: Muitas pessoas que chegam nos acampamentos não tiveram a oportunidade de planejar e avaliar suas ações. O acampamento ensina as pessoas a se organizarem, a debaterem, a se relacionarem entre si. Isso gera um nível de consciência. Depois, elas mesmas sentem a necessidade de se alfabetizar e se escolarizar. Dentro do MST, temos os setores, sendo cada um responsável por um conjunto de atividades, que organizam as ações. O setor de educação organiza as turmas de escolarização de jovens e adultos, temos a ciranda infantil – espaço para alfabetizar crianças – e outros setores, como os de formação política, de saúde e de atividades técnicas. O acampamento, por si só, é uma escola. A Marcha também foi uma escola que andava. Caminhávamos pela manhã e, à tarde, estudávamos. Debatesmos os transgênicos, o Agronegócio, a questão da água, entre outros

assuntos. Depois das palestras, discutíamos textos e debatíamos essas questões.

AI: Como se deu a sua participação na última Marcha Nacional pela Reforma Agrária, realizada pelo MST, que chegou à Brasília no dia 17 de maio passado? Quais foram as principais reivindicações do Movimento e a sua avaliação do evento?

FM: A Marcha tinha uma coordenação nacional, com representantes de vários estados. Dentro do MST, organizamos as atividades por setores, das quais seus representantes também participaram. Havia também as coordenações estaduais. Participei aqui, no Rio de Janeiro, pela coordenação estadual, e essa mesma dinâmica foi realizada em outros estados. Durante a Marcha, as atividades também eram divididas em equipe. A minha tarefa na Marcha era ajudar a distribuir a água. Essa Marcha obteve várias conquistas. Há muitos anos a gente vinha sofrendo bastante uma estagnação nas conquistas em relação à Reforma Agrária, mas também vínhamos sofrendo várias perdas. Existe uma conquista histórica das lutas da Reforma Agrária, que era uma linha de crédito, que perdemos no final dos anos 90, e vínhamos perdendo assistência técnica nos assentamentos, recursos para infra estrutura social – escolas, postos de saúde. Essa Marcha foi um marco para obtermos conquistas e deixarmos de perder as nossas conquistas históricas. Não falo só de conquistas econômicas para os assentamentos e para as famílias acampadas; mas uma conquista política de conscientizar a população da importância da Reforma Agrária. É para a sociedade se questionar por que existem famílias sem terra no país. Toda a sociedade ganhou com isso, no sentido da conscientização, da formação política.

AI: O que, de fato, aconteceu durante o incidente, na Marcha, que deixou algumas pessoas feridas?

FM: Eram 12 mil pessoas marchando 17

dias, que correram tranquilamente. Marchamos com a ajuda da Polícia Rodoviária Federal. Quando chegou na divisa de Goiás com o Distrito Federal, o governo do Distrito Federal disse que a polícia rodoviária federal ia parar por ali e que a Polícia do DF acompanharia a Marcha. Ali começou um jogo de terrorismo, pois o governador dizia que a Marcha não iria passar, que ele colocaria um efetivo de 30 mil policiais, pois em Brasília só tem oito mil. Com uma semana de antecedência sofremos as pressões do governo do Distrito Federal. Quando chegamos em Brasília, um carro da Polícia tentou entrar no meio das pessoas. Estávamos em frente a Câmara. As pessoas tentaram impedir a entrada desse carro e começou a confusão. Foi o único lado divulgado pela imprensa, que exagerou no número de feridos. Pelas nossas contas, 20 pessoas ficaram feridas e não 90 como a grande mídia noticiou. Isso soa negativamente para a sociedade e a expectativa das pessoas é a de que haja violência e a polícia trabalha para desmoralizar o Movimento.

AI: Você, então, concorda com a afirmativa de que a imprensa procura desmoralizar o MST?

FM: Uma das estratégias da imprensa é ignorar a Marcha, da qual participaram 12 mil pessoas. A imprensa não noticiou o evento como deveria, cobrindo muito pouco do que realmente acontecia. Parecia que nada estava acontecendo. Deram grande ênfase para a contribuição do governo de Goiás para a Marcha, que foi uma ajuda muito pequena em função do que foi a Marcha e em função do que era responsabilidade do Estado, já que as pessoas deveriam ser amparadas por ele. Foi isso que o governo de Goiás fez. Existe uma orquestração, de fato, para desmoralizar as ações do MST. Em 2004, houve toda aquela história da CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito), pela qual afirmou-se que o MST usava dinheiro público para realizar suas ações – o que não é verdade. Os golpes contra o MST não se

aplicam só pela violência direta, mas também pela desmoralização do Movimento.

AI: O Plano Nacional de Reforma Agrária contempla as reivindicações do Movimento?

FM: A gente tem a reivindicação do assentamento das 430 mil famílias, que é a meta do governo federal, que foi acertada no Plano Nacional da Reforma Agrária, construído com a sociedade e conjuntamente com o governo. A reivindicação inicial era de um milhão de famílias, mas o governo disse que não havia recursos, que não poderia assentá-las, e concordamos com 430 mil famílias. Desde o início do governo Lula trabalhamos com o Plano Nacional da Reforma Agrária. Ele não resolve todos os problemas, mas é a primeira iniciativa, porque permite ações coordenadas na área da Reforma Agrária, projetando os resultados e coordenando ações. O Plano apresentado pelo governo federal não corresponde às nossas expectativas e nossas necessidades, mas é um grande passo nesse sentido. Só que o governo abandonou o próprio plano que ele elaborou! A gente tem três anos de governo Lula e pouquíssimas famílias foram assentadas em todo o Brasil. No Rio de Janeiro, não houve assentamento de família nos últimos quatro anos. No governo Lula, depois de muita ação no INCRA, negociação e reivindicações, fomos ter famílias assentadas no mês de abril! Outra reivindicação da Marcha é o recadastramento das famílias, pois temos aproximadamente 150 mil famílias sem cadastro, que não são reconhecidas pelo governo. É como se estivéssemos enganando as estatísticas, pois elas não aparecem nos números do governo. Isso cria um problema prático, já que por não estarem no cadastro, essas famílias não podem ser beneficiadas com cestas básicas; para a sociedade elas não existem. Principalmente para a sociedade internacional, para quem o governo dá muita importância, essas famílias não são reconhecidas. Hoje, reivindicamos assistência técnica, porque a maior parte das famílias assentadas não contam com esse recurso. Você recebe a terra que, geralmente, não tem boas condições – já que elas foram muito exploradas pelo latifúndio e as condições de fertilidade dessas terras são ruins. Sem assistência técnica e sem recursos não há boa vontade que faça a Reforma Agrária dar certo. Acreditamos também que, para que haja Reforma Agrária, deve acontecer uma mudança na política econômica do governo. A Marcha, além da reivindicação concreta para as famílias acampadas e assentadas, tinha reivindicação geral, que abrangia toda a sociedade. A política econômica do Brasil e sua relação com o FMI, a política externa brasileira – como o envio de tropas para o Haiti – assim como as reivindicações

específicas do MST era a pauta da Marcha.

AI: Quais foram os resultados da audiência com o Presidente Lula?

FM: Houve várias audiências com os Ministérios do governo, quando apresentamos a pauta específica da Reforma Agrária e com os Presidentes da Câmara, do Senado e da República. Para esses últimos, apresentamos as questões mais gerais, que constavam da pauta de reivindicações do MST. Entre elas estavam a crítica à política econômica; a questão da proibição da venda de armas; e o pedido para que os crimes que se referem ao latifúndio passem a ser julgados na esfera federal. Hoje, esses crimes são julgados no Estado, sofrendo a influência do poder local, onde de maneira geral, os criminosos saem impunes. Sugerimos também a criação de uma Lei para que o plebiscito seja uma forma legal de consulta à população. Realizamos, recentemente, um plebiscito sobre a Alca, no qual tivemos uma participação muito boa.



Crédito: Douglas Mansur - Acampamento Sul (MST)

Contudo, legalmente, não teve efeito algum, já que o Brasil não o reconhece como uma forma legítima para legislar. Na audiência com o Presidente Lula, sinalizamos várias conquistas concretas. Houve um aumento do limite de crédito para R\$ 18 mil reais por família assentada, assim como o compromisso do governo em assentar 430 mil famílias. No entanto, se não continuarmos nos mobilizando e realizando as ações nos Estados, isso tudo não vai acontecer. Quando tivemos a aprovação do Plano Nacional de Reforma Agrária, o processo foi muito semelhante. O governo, na época, sinalizou, com a aprovação desse plano, um grande avanço para o Movimento. Só que quando volta para os Estados, isso não acontece. Tudo o que acordamos com o governo, tem que ser cobrado pelos Estados e pela sociedade, que precisa entender a importância da Reforma Agrária. Uma das nossas grandes tarefas é discutir com a sociedade a Reforma Agrária, para que a sociedade entenda

que esta é uma luta sua também.

AI: Como tem sido a relação do MST com um governo que, pelo menos, na sua natureza política, seria caracterizado como de esquerda? Quais eram as expectativas do MST em relação ao governo Lula e quais são as interpretações do Movimento para a realidade ora apresentada?

FM: A nossa relação com o governo é a de um movimento social que tem reivindicações, e que estas serão apresentadas a qualquer governo ou governante. Existem necessidades que precisam ser atendidas. A nossa expectativa em relação ao governo Lula era a de que haveria um avanço em relação à Reforma Agrária. Não houve. Esse governo está sendo disputado entre os trabalhadores e a burguesia e, por enquanto, estamos perdendo. A nossa meta é trazer o governo para o nosso lado.

estão na mão de quem sempre estiveram. Há aqueles que atendem à política econômica e aos interesses dos latifundiários e aqueles que atendem aos pobres, como é o caso do Ministério de Desenvolvimento Agrário e de Desenvolvimento Social. Estes últimos têm a responsabilidade sobre as nossas questões. O governo tem que mudar a política econômica, porque não adianta dizer que vai fazer a Reforma Agrária e priorizar uma política de exportação e de incentivo ao grande latifúndio. Talvez não exista má-vontade e sim uma falta de compreensão de que ou se prioriza políticas para distribuir renda e fortalecer a pequena agricultura ou se apóia o latifundiário. O problema é que o latifundiário está disputando. Sempre ouvimos falar do Agronegócio. Aqui na UFRRJ, no início do semestre, sempre tem um professor que vai falar da importância do Agronegócio. A questão é que não há empregos para todos os agrônomos e engenheiros florestais, como dizem os professores.

AI: Qual o panorama do MST em relação aos Estados na luta pela Reforma Agrária no país? E em relação ao Estado de São Paulo (mais especificamente o Pontal do Paranapanema), Nordeste e Norte do Brasil – cuja tensão tem envolvido agressão, atentados e até mesmo assassinatos contra os ativistas?

FM: As áreas para expansão do Agronegócio são as mesmas que estão em disputa para a Reforma Agrária, nos Estados. Por trás do Agronegócio estão muitos daqueles latifundiários que promovem a violência no campo e contratam milícias armadas para matar os trabalhadores. Um dos exemplos recentes é o caso da irmã Dorothy Stang, no Pará e o massacre em Felisburgo, em Minas Gerais. Nesse último caso, em Felisburgo, as famílias não estavam em área particular, e sim, pública, que era do governo do Estado e ocupada, irregularmente, pelos latifundiários da região. No Pontal do Paranapanema, que é um dos focos visíveis, no país, de luta pela terra, acontece o mesmo. Ali, a maior parte das áreas em disputa são públicas, pertencentes ao governo do Estado de São Paulo, que são ocupadas irregularmente pelos latifundiários. Assim, existem muitas terras públicas que os Estados nem sabem que têm. Eles só tomam conhecimento dessas terras quando os sem-terra as ocupam e ocorrem os confrontos com os grileiros – aqueles que ocupam irregularmente essas áreas. Os latifundiários, nos Estados, estão se organizando e contratando empresas de segurança, milícias armadas e não mais os jagunços. No Sul, encontramos dificuldade em arrecadar terras para a Reforma Agrária,

Crédito: Julien Farruja - Assentamento no Paraná (MST)



em função do índice de produtividade, que é alto. Contudo, o índice vigente no Brasil hoje é de 1972; ou seja, foi elaborada em um outro contexto, uma outra realidade. Por esse índice, todas as terras no Sul do Brasil são produtivas – o que não é verdade. Logo, isso vai chegar nos outros Estados. Assim, a revisão do índice de produtividade estava também no ponto de pauta da Marcha do MST.

AI: Quais os principais problemas fundiários no Estado do Rio de Janeiro? Que regiões apresentam maiores problemas em relação à distribuição de terra? E no caso de regiões como o Norte e o Noroeste Fluminenses?

FM: O Norte e o Noroeste fluminense, no final dos anos 1990, a maior parte das usinas moedoras de cana para a produção do álcool e do açúcar estavam falidas. Hoje, passamos pelo processo de rearticulação do latifúndio, não só pela retomada de produção do açúcar

e do álcool, mas também da produção de frutas, como tem sido incentivado pelo governo do Estado. Isso faz com que o latifúndio se rearticule novamente. Há também algumas áreas destinadas para a produção de eucaliptos, já que a inserção madeireira no Rio de Janeiro é muito forte no Estado. Isso dificulta bastante a obtenção de terra para fazer Reforma Agrária. As usinas de cana, produção de açúcar e de álcool receberam dinheiro do governo federal para serem implantadas e grande parte desse dinheiro foi desviado e o governo, novamente, investe recursos nessas empresas. Grande parte desse dinheiro não é utilizado para produção, fica na mão das famílias de latifundiários, e mesmo assim, o governo novamente cria mecanismos de repasse de recursos para esse setor.

AI: Qual a relação do MST com os Movimento de Libertação dos Trabalhadores do Brasil e o Movimento dos Trabalhadores Livres, para citar dois exemplos de outras entidades que lutam pela Reforma Agrária?

FM: No Brasil, hoje, contamos com cerca de 30 movimentos autônomos que lutam pela terra. Na medida do possível, o MST se relaciona com eles harmoniosamente, pois todos buscam o mesmo objetivo que é a Reforma Agrária. Cada um se organiza de acordo com o que suas teorias orientam. A grande maioria é de caráter regionalizado e não nacional. Só no Pontal do Paranapanema, devem existir aproximadamente 20 deles. O grande desafio não só do MST, mas de todos esses movimentos, é a de criar uma unidade de luta para cobrar a Reforma Agrária, e conscientizar a população de sua importância.

AI: Como tem se dado o diálogo do MST nos meios acadêmicos. Em que medida tem havido um intercâmbio de idéias entre a universidade e o movimento e como isso pode contribuir com a redução das desigualdades sociais brasileiras?

FM: Uma das grandes lições que aprendemos ao longo da História do MST é a de que enquanto a luta pela Reforma Agrária ficar restrita aos movimentos sociais, não vai avançar. É necessário encontrar apoio nos outros setores da sociedade, para que eles a reconheçam como importante e necessária para o desenvolvimento do país. A recepção do MST nas universidades, sobretudo nas da região Sudeste, que têm um pouco mais de autonomia, tem sido muito boa e importante para o avanço do Movimento. O público dos acampamentos e ocupações de terra, na sua maioria, é analfabeto ou tem um baixo nível de estudo. Pelas suas condições de vida, também têm um baixo nível cultural. Então, temos necessidade de estarmos em contato com setores da sociedade que tenham um acúmulo cultural, de informação e de instrução maior. Não acreditamos que faremos a Reforma Agrária com pessoas analfabetas e ignorantes; pois isso seria um fracasso. As universidades têm contribuído para a otimização da consciência e da participação política dessas pessoas. A partir de 1997, temos estreitado bastante as relações com as universidades, não só pelo apoio político recebido de alguns alunos e professores, mas também por questões práticas, de organização de cursos dentro das universidades, da organização de convênios. Atualmente, temos vários cursos de terceiro grau dentro das universidades, voltados para os acampados e filhos de acampados. Esperamos que a UFRRJ organize um curso ainda neste ano. Ano passado, conversamos com a universidade para organizar um curso de terceiro grau voltado para o nosso público. Acreditamos que essa idéia possa ser

retomada e que a ADUR, de repente, nos ajude nesse processo de discussão. Muitos professores têm resistência em relação a isso, dizendo que esta é uma política que privilegia um grupo. Contudo, compreendemos que a organização da universidade é bastante “assustadora” e excludente para os pobres e que a organização de cursos específicos para esse público é importante para que essas pessoas recobrem seu direito à educação. Assim, como para fazer a Reforma Agrária em um país, é necessário que as pessoas estejam capacitadas, devidamente instruídas, e a universidade é um grande instrumento nesta luta, se conseguir abrir as suas portas.

CONSU DEBATE PROCESSOS ELEITORAIS NA UFRRJ

**POR PROF. CANROBERT COSTA NETO,
REPRESENTANTE DA ADUR-RJ NO CONSU**



O Conselho Universitário (CONSU) da UFRRJ debateu exaustivamente, em duas reuniões consecutivas, o tema das consultas eleitorais em nossa Universidade. A questão foi pautada por solicitação do diretor do Instituto de Floresta (I.F.), através de documento no qual historiava os fatos ocorridos naquele Instituto, quando da tentativa de realização de eleições para a diretoria, no final do mês de maio deste ano.

Os conselheiros fizeram diversas intervenções no debate, quase sempre no sentido de posicionarem-se sobre os episódios ocorridos no I.F., tais como retirada e destruição das urnas (fatos que conduziram à suspensão da consulta). A argumentação do diretor do I.F. foi no sentido de que o CONSU e a Reitoria apoiassem e dessem garantia à realização da consulta eleitoral em nova data, a ser deliberada pelo Conselho Departamental do Instituto, seguindo a fórmula de participação da comunidade universitária do Instituto, anteriormente aprovada pelo referido Conselho Departamental.

Após intenso e prolongado debate, o CONSU deliberou, primeiramente, sobre a conveniência da elaboração e divulgação de qualquer documento oficial sobre o tema da consulta eleitoral. O CONSU, então, decidiu encaminhar uma moção sobre consultas eleitorais na UFRRJ, não mais se restringindo à questão do I.F. A seguir passou-se a avaliar o caráter da moção e foi deliberado, por ampla maioria, a elaboração e divulgação da seguinte moção:

“O Conselho Universitário da UFRuralRJ, reunido em sua 144ª Reunião Extraordinária, realizada em 30 de junho de 2005, considerando a prática democrática nas escolhas de dirigentes e a autonomia das Unidades Universitárias, ratifica o respeito a comunidade universitária, às decisões dos Conselhos Departamentais e às Comissões Eleitorais nos processos eleivos das Unidades Universitárias”.

Como representante da ADUR no CONSU, nos colocamos de acordo com a moção aprovada, no entendimento de que esta, ao mesmo tempo, reafirma o caráter democrático que tem norteado as consultas eleitorais, pela comunidade universitária da UFRRJ, em todos os níveis, há quase vinte anos e destaca o caráter autônomo destas consultas. Tais procedimentos vão ao encontro do teor contido em nota da diretoria da ADUR, a respeito do processo em curso no I.F. Consideramos que democracia e autonomia são palavras-chave no desenrolar dos processos eleitorais nesta Universidade (ver nota da diretoria da ADUR-RJ no ADUR Informa, número 71, página 8).

EXPEDIENTE – ADUR INFORMA – PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRRJ

ENDEREÇO: RODOVIA BR 465, Km 7 – CAMPUS DA UFRRJ – SEROPÉDICA, RJ.

CAIXA POSTAL: 74.537 – CEP: 23.851-970.

TELEFAX: (21)2682-1379 ou (21)2682-1005. E-MAIL: ADURR.@ADUR-RJ.ORG.BR

CONSELHO EDITORIAL: CANROBERT PENN LOPES COSTA NETO, CÉLIA REGINA OTRANTO, FREDERICO JOSÉ FALCÃO, IRLETE BRAGA DA TRINDADE, LUIS MAURO SAMPAIO MAGALHÃES, MARIA TERESA CARNERIO DA CUNHA, RICARDO BERBARA E ROSANE FERREIRA DE OLIVEIRA.

REDAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO: ALINE PEREIRA (REG. PROFISSIONAL 25163)

FOTOLITO E IMPRESSÃO: TIPOLOGICA COMUNICAÇÃO INTEGRADA

TIRAGEM: MIL EXEMPLARES

